

SETEMBRO / 2018

INTERNACIONAL

EUROPA

Enquanto a agência Eurostat não divulga a última estimativa do PIB da zona do euro, no segundo trimestre de 2018, alguns dados de do terceiro trimestre já revelam certo enfraquecimento da atividade econômica, até por conta da guerra comercial do presidente Trump. A produção industrial, por exemplo, teve queda de 0,5% em junho e de 0,8% em julho.

Já a taxa de desemprego que era de 8,2% em julho, recuou para 8,1% em agosto, a menor taxa desde novembro de 2008.

Em sua última reunião, em meados de setembro, o Banco Central Europeu deixou inalteradas as taxas de juros. Segue em 0% a taxa de referência, em 0,25% a taxa de empréstimos e negativa em 0,40% a taxa de depósito dos bancos no banco central. Paralelamente, o BCE reforçou o sinal de que o programa de estímulos quantitativos se encerrará no final deste ano.

Quanto a inflação do consumidor, depois de ter registrado um avanço anual de 2% em agosto, em setembro teve alta de 2,1%, acima da meta de 2% do BCE.

EUA

Conforme a última estimativa do Departamento de Comércio, o PIB americano no segundo trimestre de 2018 subiu à taxa anual de 4,2%, no ritmo mais forte em quase quatro anos. O avanço foi também impulsionado pelo crescimento de exportações, como a da soja, antes das tarifas retaliatórias da guerra comercial entrarem em vigor.

Quanto ao mercado de trabalho, a criação de vagas de trabalho não agrícola em setembro foi de 134 mil novos postos, quando a expectativa era de 190 mil. A taxa de desemprego, no entanto, que era de 3,9% em agosto recuou para 3,7% em setembro, menor nível desde dezembro de 1969.

Em relação à taxa básica de juros, o FED promoveu o terceiro aumento no ano e a elevou para a faixa entre 2% e 2,25%. A sinalização pós-reunião, foi a de novos aumentos pela frente.

ÁSIA

Na China, no clima de guerra comercial com os EUA, o governo divulgou novas diretrizes políticas para estimular o consumo e acelerar a abertura econômica. No Japão, a inflação do consumidor avançou 1,3% na base anual, em agosto, mas o presidente do banco central reafirmou que não vai remover os estímulos quantitativos enquanto a meta de 2% não for alcançada.

MERCADOS DE RENDA FIXA E RENDA VARIÁVEL

No mercado internacional de renda fixa, os títulos do tesouro americano de 10 anos, que tinham rendimento de 2,85% a.a. no final de agosto, terminaram setembro com rendimento de 3,05% a.a., superando a barreira de 3% pela segunda vez no ano. Já os títulos emitidos pelo governo britânico rendiam 1,53% a.a., enquanto os emitidos pelo governo alemão, por sua vez, fecharam o mês de setembro com rendimento de 0,51%. Paralelamente, no mês, o dólar ficou estável perante o euro e se valorizou 2,40% e perante o yen.

Já as bolsas internacionais tiveram em setembro um mês mais de altas. Enquanto a bolsa alemã (Dax) recuou 0,95% no mês, a inglesa (FTSE 100) subiu 1,05%, a do Japão (Nikkei 225) 5,49%, e a americana (S&P 500) 0,43%, registrando novamente novos recordes.

No mercado de commodities, o petróleo tipo Brent subiu no mês de setembro 6,84%, batendo o maior preço em quase quatro anos.

NACIONAL

ATIVIDADE, EMPREGO E RENDA

Conforme o Banco Central, a economia brasileira cresceu 0,57% em julho, frente a junho, quando os analistas previam uma alta de apenas 0,05%.

A taxa de desemprego, por sua vez, que era de 12,3% no trimestre encerrado em julho, recuou para 12,1% no trimestre encerrado em agosto, com 12,7 milhões de pessoas sem trabalho. O rendimento médio real do trabalhador foi de R\$ 2.225,00 no final do trimestre.

SETOR PÚBLICO

Conforme informou o Banco Central, o setor público consolidado registrou déficit primário de R\$ 16,9 bilhões em agosto. Em doze meses o déficit primário foi de R\$ 84,4 bilhões.

As despesas com juros nominais, em doze meses, totalizaram R\$ 418,5 bilhões (6,20% do PIB) e o déficit nominal, que inclui o resultado com os juros, foi de R\$ 503 bilhões (7,45% do PIB) no mesmo período.

A dívida bruta do governo geral (governo federal mais INSS mais governos regionais) alcançou em agosto R\$ 5,22 trilhões (77,3% do PIB).

INFLAÇÃO

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE divulgou que a inflação medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), depois de ter caído em agosto 0,09%, registrou alta de 0,48% em setembro. Em doze meses, a alta acumulada foi de 4,53% e no ano de 3,34%.

Já o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), subiu 0,30 em setembro, após ter ficado estável em agosto e acumulou alta de 3,97% em doze meses e de 3,14% no ano.

JUROS

Em sua reunião em setembro, o Copom manteve inalterada a taxa Selic em 6,5% ao ano, mas reconheceu que a incerteza sobre a conjuntura pode levar a um aumento da taxa na próxima reunião.

CÂMBIO E SETOR EXTERNO

A taxa de câmbio dólar x real, denominada P-Tax 800 encerrou o mês de setembro cotada em R\$ 4,00, com uma desvalorização de 3,18% no mês.

Em agosto, as transações correntes, apresentaram déficit de US\$ 17 milhões, acumulando em doze meses saldo negativo de US\$ 15,5 bilhões.

Os Investimentos Estrangeiros Diretos – IED apresentaram um ingresso líquido de US\$ 10,6 bilhões em agosto e acumularam US\$ 69,6 bilhões em doze meses. As reservas internacionais eram de US\$ 381,4 bilhões no final do mês.

A Balança Comercial, por sua vez, teve em setembro de 2018 um superávit de US\$ 4,97 bilhões, o que elevou o resultado no ano para US\$ 42,64 bilhões.

RENDA FIXA

Dos subíndices Anbima, que referenciam os fundos compostos por títulos públicos disponíveis para os RPPS, o melhor desempenho no mês de setembro acabou sendo o do IRF-M 1+, com alta de 1,57%, seguido do IDkA 2A com alta de 1,36% e do IRF-M Total com alta de 1,30% .

RENDA VARIÁVEL

Para o Ibovespa, o ganho no mês foi de 3,47%, acumulando, no ano alta de 3,85% e de 6,80% em doze meses. O índice encerrou setembro em 79.342 pontos e o ingresso líquido de capital estrangeiro no mês foi de R\$ 3,28 bilhões.

PERSPECTIVAS

MERCADO INTERNACIONAL

Continuam os temores com os desdobramentos da “guerra” comercial iniciada pelo governo Trump, ao mesmo tempo em que a economia americana mostra robustez, por um lado e surgem com mais intensidade os desconfortos com a elevação dos juros pelo FED e pelo mercado, de outro lado.

MERCADO NACIONAL

Com a definição do primeiro turno das eleições presidenciais, as atenções se voltam agora para o segundo turno, num primeiro momento e para a formação das equipes de governo num segundo. O comportamento dos mercados continuará condicionado a essas variáveis e ao que acontece no exterior.

Conhecido o resultado das eleições presidenciais no primeiro turno, os juros futuros de longo prazo, principalmente, caíram e voltaram para o patamar de maio deste ano. A bolsa, por sua vez também acabou registrando importante alta rumo aos 90 mil pontos.

Entendemos que esses movimentos refletem muito mais o alívio do mercado financeiro com a perda de espaço político dos partidos de esquerda, do que expectativas efetivas e bem delineadas com um novo governo à direita.

Sob a ótica da alocação dos recursos dos RPPS, entendemos que o mais apropriado neste momento é mantermos as recomendações que vínhamos apresentando, até que tenhamos elementos mais concretos sobre o que seria o novo governo. Embora para a bolsa o cenário seja mais convidativo em função do potencial de desempenho, para a renda fixa o cenário é mais incerto, inclusive por conta do que ocorre no exterior.

Assim, em relação à alocação dos recursos financeiros dos RPPS, aconselhamos a manutenção de 15% na exposição aos fundos de investimento em títulos públicos que possuem a gestão do duration, produto a ser acompanhado com a devida atenção.

Para os vértices médios (IMA-B 5, IDkA 2A e IRF-M Total) recomendamos uma exposição de 30% e para os vértices de curto prazo, representados pelos fundos DI, pelos referenciados no IRFM-1 e pelos CDB's a alocação sugerida é de 25%.

Permanece a recomendação de que, com a devida cautela e respeitados os limites das políticas de investimento e as exigências da nova resolução editada pelo CMN, é oportuna a avaliação de aplicações em produtos que envolvam a exposição ao risco de crédito (FIDC e FI Crédito Privado, por exemplo).

Quanto à renda variável, continuamos a recomendar a exposição máxima de 30%, também por conta da melhora da atividade econômica neste ano, que já se reflete em um melhor comportamento dos lucros das empresas e, portanto, da Bolsa de Valores e também pelo fato da importância do produto como fator de diversificação de portfólio, em um momento em que as taxas de juros dos títulos públicos não mais suprem a meta atuarial.

Dessa forma, mantivemos em 10% a sugestão de alocação em fundos multimercado e reduzimos de 5% para 2,5% a alocação em FII e FIP, respectivamente, dada a pouca disponibilidade de produtos no mercado. Em compensação e tendo-se em vista o potencial de valorização do segmento com a eleição de candidato pró-mercado elevamos a recomendação do investimento em ações de 10% para 15%.

Para aqueles clientes que já contam com investimento de 5% tanto em FII, quanto em FIP, recomendamos que o teto de investimento em ações se mantenha em 10%.

Por fim, cabe lembrarmos que as aplicações em renda fixa, por ensejarem o rendimento do capital investido, devem contemplar o curto, o médio e o longo prazo, conforme as possibilidades ou necessidades dos investidores. Já as realizadas em renda variável, que ensejam o ganho de capital, as expectativas de retorno devem ser direcionadas efetivamente para o longo prazo.

Sugestão de Alocação dos Recursos – Renda Fixa e Variável	
<u>Renda Fixa</u>	70%
Longuíssimo Prazo (IMA-B 5+ e IDKA 20A)	0%
Longo Prazo (IMA-B Total e FIDC/ Crédito Privado/ Fundo Debênture) **	0%
Gestão do Duration	15%
Médio Prazo (IRF-M Total, IMA-B 5 e IDKA 2A)	30%
Curto Prazo (CDI, IRF-M 1 e CDB)	25%
<u>Renda Variável</u>	30%
Fundos de Ações	15%
Multimercados	10%
Fundos em Participações	2,5%
Fundos Imobiliários	2,5%

** Aos clientes que investem em FIDC / Crédito Privado / Fundo Debênture, utilizar como limite máximo o percentual destinado ao Médio Prazo.